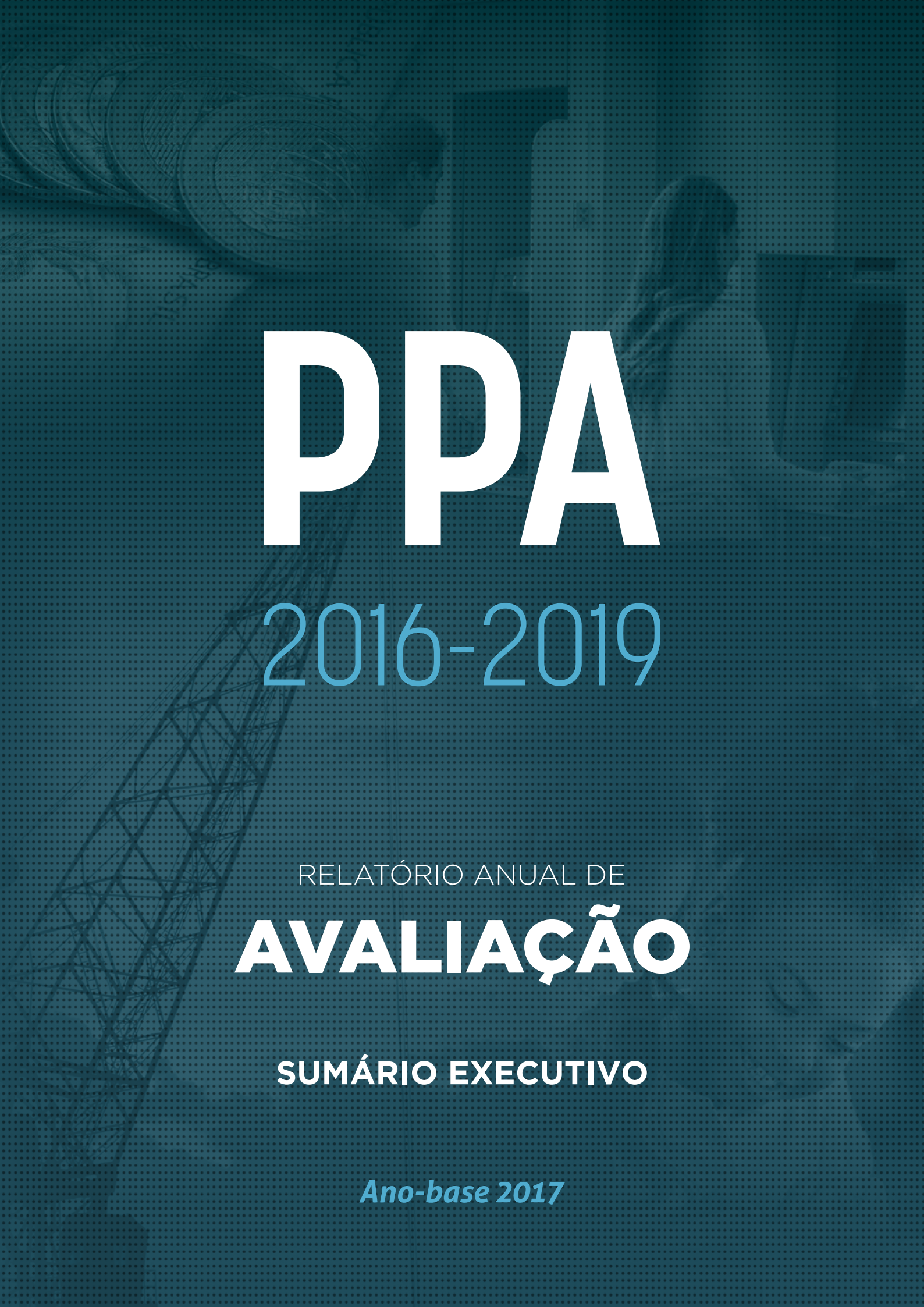




PPA

2016-2019

RELATÓRIO ANUAL DE
AVALIAÇÃO

SUMÁRIO EXECUTIVO

Ano-base 2017

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

MINISTRO DE ESTADO

Esteves Pedro Colnago Junior

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Gleisson Cardoso Rubin

SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E ASSUNTOS ECONÔMICOS

Julio Alexandre Menezes da Silva

SECRETÁRIO-ADJUNTO DE PLANEJAMENTO E ASSUNTOS ECONÔMICOS

Miguel Ragone de Mattos

DIR. DO DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO, AVALIAÇÃO E ASSUNTOS SOCIAIS

Priscilla Rosa Pimentel Sganzerla

DIR. DO DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS MACROECONÔMICOS E FISCAIS

Fábio Ribeiro Servo

DIR. DO DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS MICROECONÔMICOS E REGULATÓRIOS

Cláudio Evangelista de Carvalho

DIR. DO DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS FINANCEIROS

Sérgio Ricardo Calderini Rosa

PPA

2016-2019

RELATÓRIO ANUAL DE

AVALIAÇÃO

SUMÁRIO EXECUTIVO

PLANO PLURIANUAL

Ano-base 2017

SUMÁRIO EXECUTIVO

O Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual 2016-2019, exercício 2017, apresentado pelo governo federal ao Congresso Nacional e à sociedade brasileira, descreve os principais resultados obtidos no ano, a partir da implementação das políticas públicas traduzidas nos programas temáticos do plano vigente, trazendo um balanço das realizações nesse período do ciclo do PPA.

O processo de avaliação do PPA 2016-2019 tem seus critérios e procedimentos definidos pelo Decreto nº 8.759, de 10 de maio de 2016, que regulamenta a implementação da Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016, que institui o Plano Plurianual vigente. Esse processo também é detalhado pela Portaria nº 347, de 14 de novembro de 2016 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

A avaliação do PPA 2016-2019 incide sobre programas temáticos, incluindo seus indicadores, objetivos e metas, bem como sobre as variáveis macroeconômicas que embasaram sua elaboração. A captação da maior parte das informações sobre os programas temáticos ocorre junto aos órgãos executores.

A primeira seção deste sumário apresenta os grandes números mais relevantes do ponto de vista da avaliação do PPA, até 2017, com sínteses gráficas relativas ao segundo ano do ciclo, incluindo a execução financeira, o andamento das metas planejadas nos programas temáticos e o desempenho dos indicadores – conjunto de parâmetros que permite acompanhar a evolução das políticas públicas. Considerando a grande amplitude de assuntos

previstos na Lei do PPA e o volume de recursos alocados no arranjo dos programas e objetivos planejados, os gráficos destacados apresentam um panorama quantitativo sintético da execução do Plano Plurianual até o ano de 2017.

O sumário executivo também apresenta um panorama resumido dos principais destaques observados até o exercício de 2017, organizado conforme as seguintes áreas temáticas:

- Social e Segurança Pública;
- Infraestrutura;
- Desenvolvimento Produtivo e Ambiental; e
- Temas Especiais.

Por outro lado, uma consulta mais detalhada às informações de monitoramento e às considerações sobre indicadores, estratégias e resultados das políticas públicas, conforme fornecidas pelos órgãos do governo federal no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), pode ser realizada no corpo do documento completo, o qual traz relatórios específicos de cada um dos 54 programas temáticos do PPA 2016-2019.

O resultado consolidado dos trabalhos de elaboração e avaliação do PPA 2016-2019 também pode ser acessado pelo link <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/planeja/plano-plurianual>. Nesse espaço, são apresentados todos os documentos relevantes associados ao PPA para consulta pela sociedade, incluindo os relatórios anuais e as edições anteriores.

SÍNTESE NUMÉRICA DO PPA ATÉ 2017

Esta seção apresenta um conjunto de sínteses numéricas e gráficas relativas à execução orçamentária, financeira e extraorçamentária do Plano Plurianual até o ano de 2017, e também sobre o andamento das metas planejadas nos programas temáticos e sobre o desempenho dos indicadores. Esse panorama quantitativo sintético da execução do PPA até 2017 propicia uma visão abrangente sobre os principais resultados agregados, com a visualização de alguns recortes selecionados para resumir o desempenho da ação governamental neste período do ciclo de planejamento.

Execução Orçamentária e Financeira até 2017

Os recursos alocados para o PPA 2016-2019 podem ser detalhados da seguinte forma:

- Recursos orçamentários: orçamento fiscal e da seguridade social e orçamento de investimento das empresas estatais;
- Recursos extraorçamentários: gasto tributário e crédito de instituição financeira e demais fontes.

Conforme o guia de elaboração do PPA 2016-2019, gasto tributário é toda desoneração tributária que funciona como alternativa à política pública e que não se realiza diretamente pelo orçamento, mas indiretamente pelo sistema tributário, visando atender objetivos econômicos e sociais, podendo ser de caráter compensatório, quando compensa a população pela insuficiência de algum serviço governamental, ou incentivador, quando estimula o desenvolvimento de algum setor ou região. Por sua vez, as outras fontes de financiamentos extraorçamentários são definidas como: recursos financeiros não constantes do orçamento, necessários para a atuação governamental na prestação de serviços e entrega de bens públicos, e originados de bancos públicos, agências oficiais de fomento, fundos constitucionais,

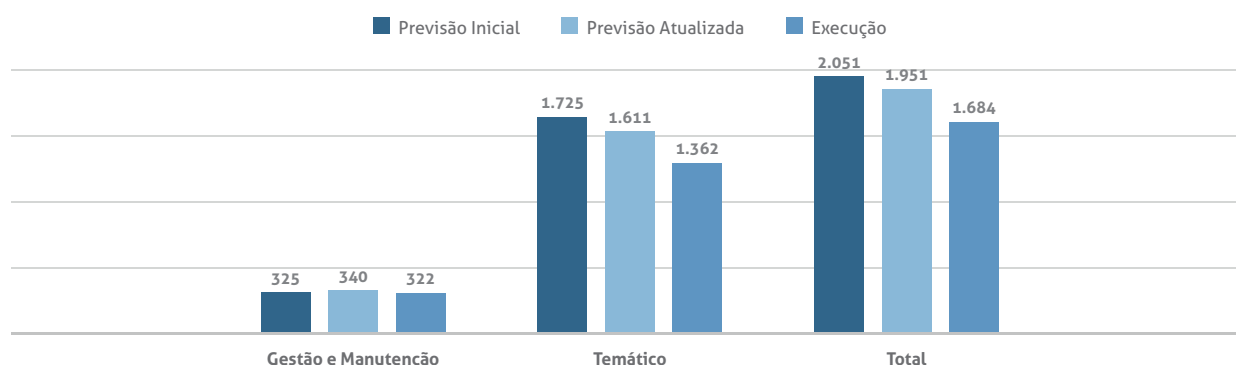
plano de dispêndio das estatais, cooperações financeiras internacionais e recursos privados.

A seguir, são detalhados os recursos do PPA relativos ao ano de 2017, considerando-se os seguintes critérios quanto à previsão e à execução:

- Os valores previstos iniciais são aqueles definidos para o exercício na Lei do PPA e suas atualizações, sendo que, no caso dos recursos orçamentários, correspondem à LOA do respectivo ano.
- Os valores previstos atualizados incluem os créditos adicionais que atualizam a LOA para os recursos orçamentários e, para os recursos extraorçamentários, consideram as atualizações pelas instituições financeiras ou os valores da previsão atualizada com base no Demonstrativo de Gastos Tributários Bases Efetivas 2015 da Receita Federal do Brasil (RFB).
- Os recursos executados correspondem aos valores liquidados no exercício (verificação do direito adquirido pelo credor por fornecimentos feitos ou serviços prestados) para o orçamento fiscal e da seguridade social e também aos valores executados para o orçamento das estatais e para os créditos e demais fontes. A execução dos gastos tributários considerou os mesmos valores da previsão atualizada, tendo em vista que os valores efetivos são disponibilizados, pela RFB, 3 anos após o exercício.

O valor global atualizado em 2017 do PPA para o período de quatro anos é de R\$ 7,91 trilhões, sendo R\$ 1,95 trilhão a previsão atualizada do ano de 2017. O Gráfico 3 mostra os recursos do PPA 2016-2019 para o exercício de 2017. Cada bloco de valores apresenta os dados previstos iniciais, previstos atualizados e executados para os programas temáticos, os programas de gestão e os totais do plano. Conforme números apurados, o valor executado para 2017 foi de R\$ 1,68 trilhão.

Gráfico 3 - Recursos por Tipo de Programa em 2017 (R\$ bilhões)



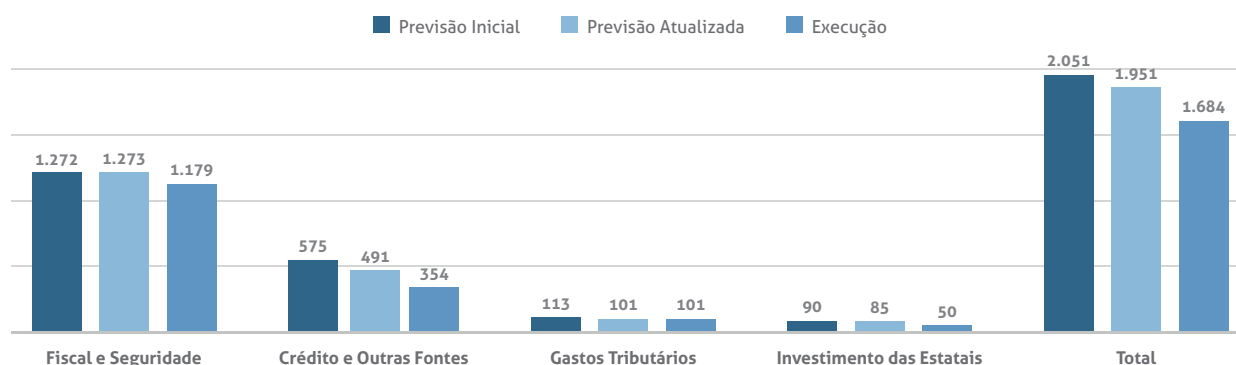
Nota: A previsão inicial corresponde à Lei do PPA e suas atualizações, a previsão atualizada considera créditos adicionais à LOA e valores atualizados de crédito pelas instituições financeiras e de gasto tributário pela RFB, e a execução significa valores liquidados e executados dos orçamentos e dos créditos e outras fontes e valores estimados do gasto tributário.

Fonte: SIOP. Elaboração: SEPLAN/MP.

O Gráfico 4 mostra o recorte dos recursos por fonte de financiamento. Cada bloco de valores apresenta os dados previstos iniciais, previstos atualizados e executados de 2017, organizados de forma detalhada pelos quatro grandes

grupos de fontes de recursos: orçamentos fiscal e da seguridade social, orçamento de investimentos das estatais, recursos extraorçamentários de créditos e outras fontes e de gastos tributários.

Gráfico 4 - Recursos por Fonte de Financiamento em 2017 (R\$ bilhões)



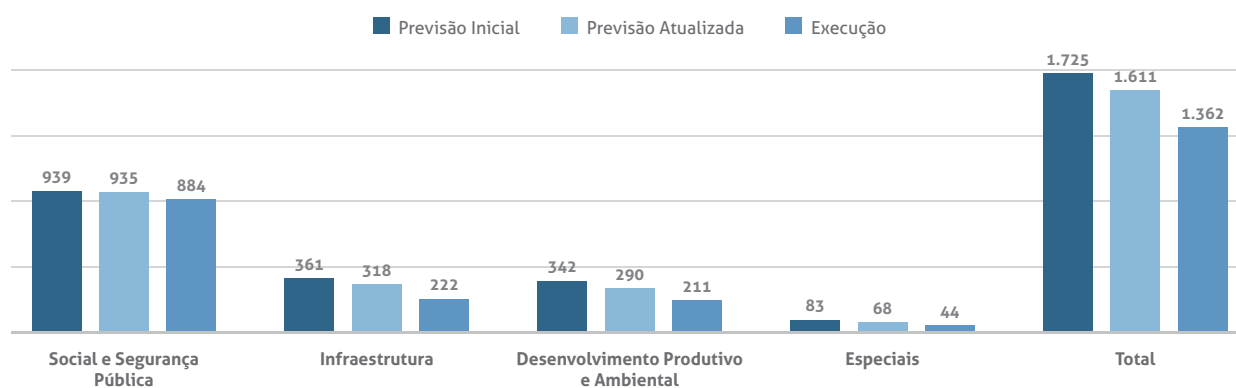
Nota: A previsão inicial corresponde à Lei do PPA e suas atualizações, a previsão atualizada considera créditos adicionais à LOA e valores atualizados de crédito pelas instituições financeiras e de gasto tributário pela RFB, e a execução significa valores liquidados e executados dos orçamentos e dos créditos e outras fontes e valores estimados do gasto tributário.

Fonte: SIOP. Elaboração: SEPLAN/MP.

O Gráfico 5 mostra os recursos orçamentários e extraorçamentários por área temática em 2017. R\$ 884 bilhões (ou 65%) foram executados nas políticas sociais e de segurança pública, enquanto R\$ 222 bilhões (ou 16%) foram exe-

cutados nas políticas de infraestrutura. R\$ 211 bilhões (ou 16%) foram executados nas políticas de desenvolvimento produtivo e ambiental e R\$ 44 bilhões (ou 3%) foram executados nas políticas de temas especiais.

Gráfico 5 - Recursos por Área Temática em 2017 (R\$ bilhões)



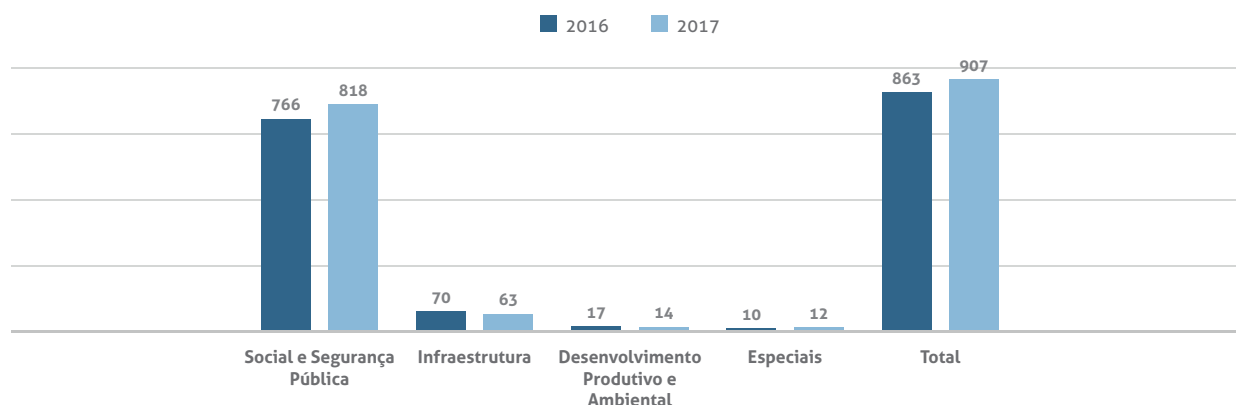
Notas: A previsão inicial corresponde à Lei do PPA e suas atualizações, a previsão atualizada considera créditos adicionais à LOA e valores atualizados de crédito pelas instituições financeiras e de gasto tributário pela RFB, e a execução significa valores liquidados e executados dos orçamentos e dos créditos e outras fontes e valores estimados do gasto tributário. Não estão incluídos no gráfico os recursos relativos aos Programas de Gestão.

Fonte: SIOP. Elaboração: SEPLAN/MP.

O Gráfico 6 mostra a comparação entre os anos de 2016 e 2017 para os recursos orçamentários executados pelos programas temáticos, cujo valor total passou de R\$ 863 bilhões para

R\$ 907 bilhões. Destaca-se a área social e segurança pública, a qual teve um aumento de R\$ 52 bilhões, assim como a área de temas especiais, com aumento de R\$ 2 bilhões.

Gráfico 6 - Execução Orçamentária por Área Temática (R\$ bilhões)



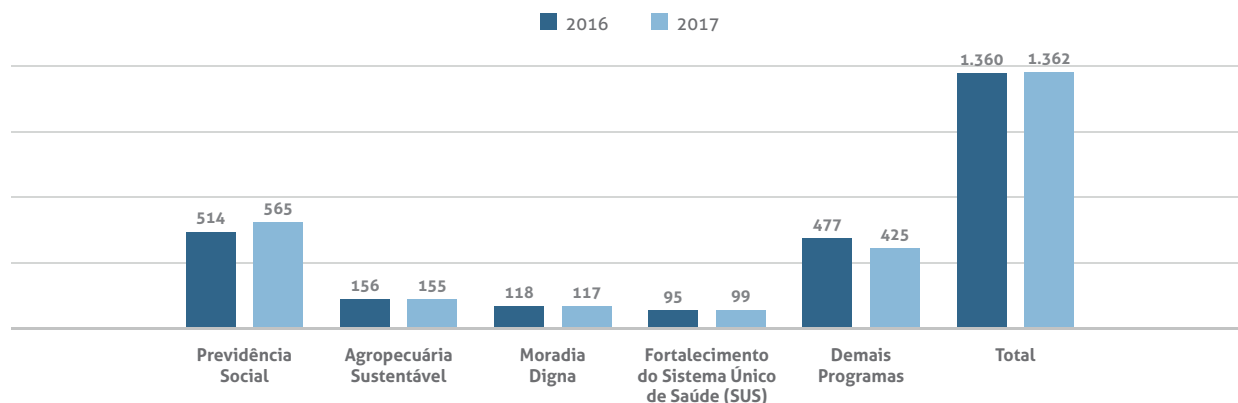
Nota: Valores liquidados/executados dos orçamentos. Não estão incluídos no gráfico os valores relativos aos Programas de Gestão.

Fonte: SIOP. Elaboração: Seplan/MP

O Gráfico 7 mostra os valores executados relativos aos maiores programas do PPA nos anos de 2016 e 2017, considerando recursos orçamen-

tários e extraorçamentários. Pode-se observar aumento de R\$51 bilhões de execução na Previdência Social e de R\$4 bilhões no SUS.

Gráfico 7 - Execução por Maiores Programas (R\$ bilhões)



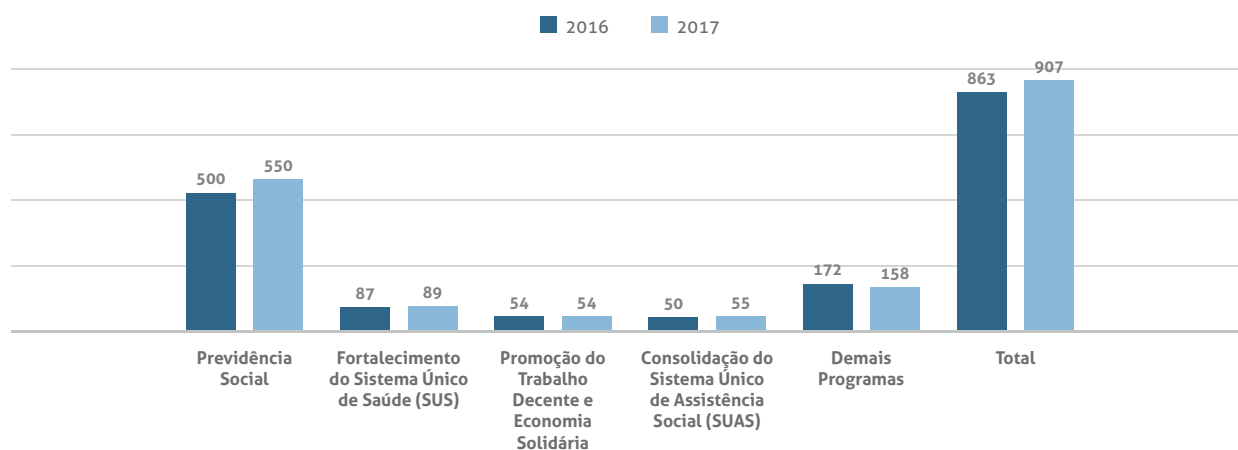
Nota: Valores liquidados/executados dos orçamentos e de créditos e outras fontes, e valores estimados do gasto tributário.

Fonte: SIOP. Elaboração: SEPLAN/MP.

O Gráfico 8 mostra os maiores programas em termos de volume de execução orçamentária, explicitando os valores orçamentários nos anos

de 2016 e 2017. Pode-se observar aumento de R\$44 bilhões no total da execução no ano de 2017.

Gráfico 8 - Execução Orçamentária por Maiores Programas (R\$ bilhões)



Nota: Valores liquidados/executados dos orçamentos.

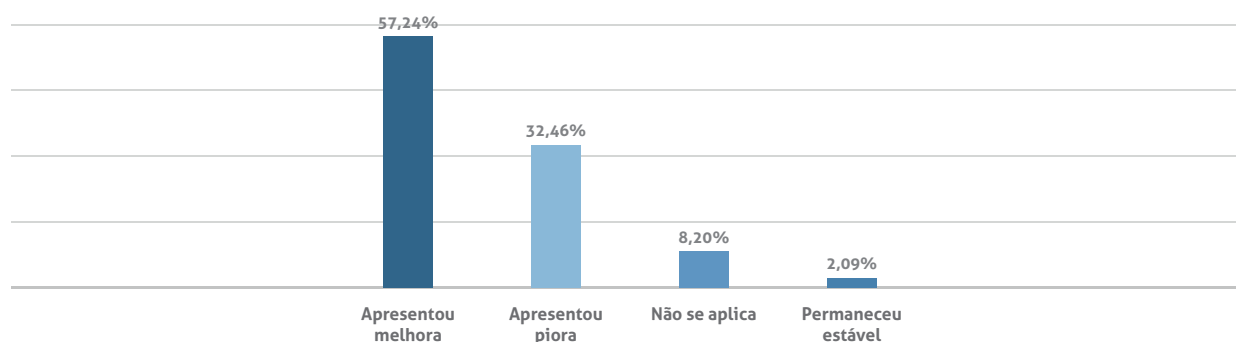
Fonte: SIOP. Elaboração: SEPLAN/MP.

Perfil da Evolução dos Indicadores

Relativamente ao desempenho dos indicadores dos Programas Temáticos do PPA 2016-2019 no exercício de 2017, a análise dos resultados é mostrada de forma resumida no Gráfico 9. De um total de 573 indicadores, houve melhora em relação ao índice de referência em 328, ou seja, 57,24% do total, enquanto outros 186 indicadores apresentaram piora, representando 32,46%. Outros 12

(2,09%) ficaram estáveis, ou seja, sem alteração, e, para outros 47 indicadores (8,20%), esse conceito não se aplica, em especial por não ter havido coleta de dados durante o ano, pela inexistência de índice de referência apurado, ou por ser de tipo neutro, sem uma direção desejável identificada. Em relação ao ano de 2016, nota-se uma melhora, visto que naquele ano, somente 44,7% dos indicadores haviam apresentado melhora, e 41,1% apresentado piora.

Gráfico 9 - Desempenho dos Indicadores PPA - ano-base 2017



Nota: A classificação "Apresentou melhora" indica que o valor apurado do indicador apresentou alguma melhora em relação ao índice de referência, enquanto a classificação "Apresentou piora" indica que houve alguma piora em relação ao índice de referência. A classificação "Não se aplica" indica que não houve coleta de dados no período do PPA, ou que o indicador não possui dados de referência ou que é do tipo neutro, sem uma direção desejável. A classificação "Permaneceu estável" indica que o valor apurado do indicador não sofreu alteração em relação ao índice de referência.

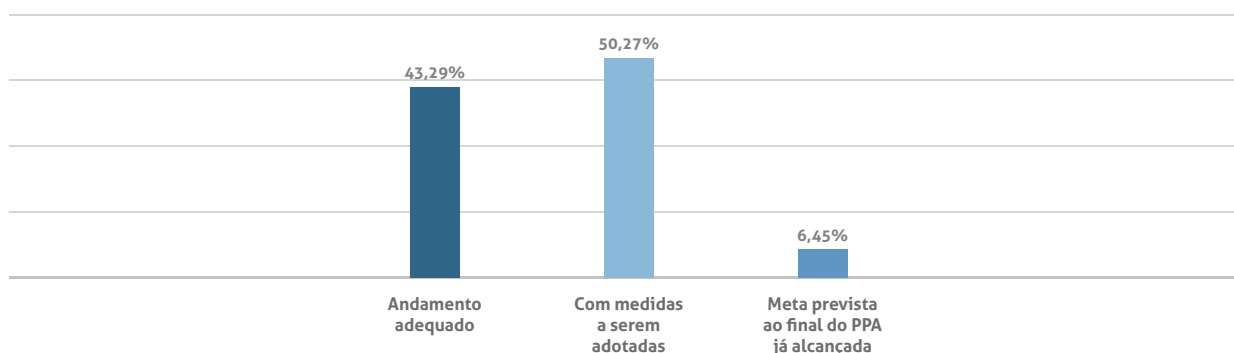
Fonte: SIOP. Elaboração: Seplan/MP.

Perfil da Evolução das Metas

Para o segundo ano de monitoramento do PPA 2016-2019, conforme ilustrado no Gráfico 10 a seguir, verificou-se que 43,29% das metas estão com andamento adequado, dentro do planejado para o período, enquanto 6,45% já alcançaram os seus valores previstos para o final do PPA. Não há como comparar com os valores do ano anterior, visto terem sido introduzidos aprimoramentos metodológicos na

classificação de desempenho das metas. Em 2017, metas anuais que atingiram sua execução no período foram classificadas com "andamento adequado" e não mais com "meta prevista ao final do PPA já alcançada". Além disso, foi excluída a classificação "meta não iniciada ou suspensa", que havia sido utilizada em 2016, passando-se a utilizar a classificação "com medidas a serem adotadas" para todos os casos com algum tipo de medida sugerida para a plena execução da meta dentro do período do Plano.

Gráfico 10 - Desempenho das Metas do PPA acumulado até 2017



Nota: O monitoramento do PPA classifica as metas como já alcançadas, com andamento adequado ou com medidas ou considerações identificadas no processo de Monitoramento para garantir seu andamento previsto. Metas anuais atingidas no período são classificadas como "andamento adequado".

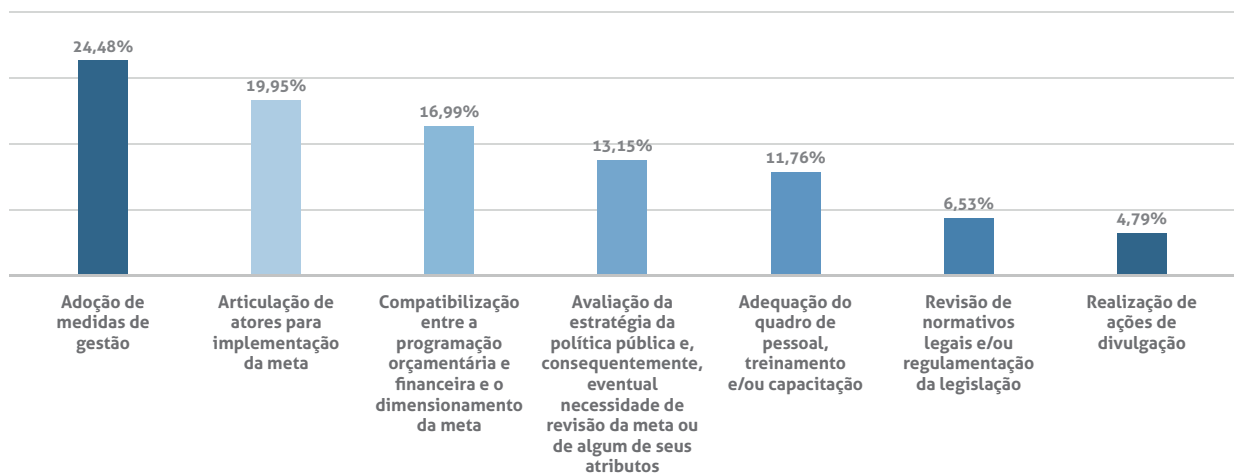
Fonte: SIOP. Elaboração: Seplan/MP.

Do total das metas, 50,27% apresentaram indicação de medidas ou considerações para garantir o seu andamento adequado. O Gráfico 11 abaixo apresenta as medidas sugeridas conforme identificado no processo de Monitoramento, classificadas por sete tipologias previamente estabelecidas.

Cabe ressaltar que, em 2017, conforme ocorrido em 2016, a economia brasileira passou por mais um ano de importantes ajustes na busca da retomada do

crescimento econômico equilibrado. O maior desafio tem sido a recuperação da sustentabilidade das contas públicas, impactada não só pela queda da arrecadação federal, mas também por problemas estruturais, que vêm sendo enfrentados com medidas importantes, como as propostas pelo Novo Regime Fiscal e pela reforma da previdência. Assim, ficou reduzido o espaço fiscal para a despesa pública, especialmente a de natureza não obrigatória, afetando a execução de metas e iniciativas previstas no PPA 2016-2019.

Gráfico 11 - Medidas Sugeridas para plena execução do PPA 2016-2019



Nota: Cada meta pode ter mais de uma medida sugerida, e os percentuais indicam a participação de cada tipo de medida no número total de ocorrências de medidas sugeridas. A compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta significa a necessidade de adequação no valor da meta à disponibilidade de recursos previstos ou a alteração na programação de valores do PPA. A adoção de medidas de gestão envolve um conjunto de providências administrativas para a melhoria do arranjo de gestão relacionado à execução e à pactuação para o cumprimento da meta. A articulação de atores para a implementação da meta indica que foi detectada a necessidade de aprimoramento ou qualificação do envolvimento de instituições e atores relacionados ao desenvolvimento da meta para sua execução até 2019. A avaliação da estratégia da política pública e, consequentemente, eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos equivale a dizer que há necessidade do ajuste dos elementos da meta, como órgão responsável, público alvo, valores desejados, regionalização ou forma de implementação. A adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação envolve desde a melhor distribuição dos recursos humanos disponíveis, até a redefinição de papéis e atribuições ou a ampliação da equipe mediante a contratação de colaboradores. A revisão de normativos legais e/ou regulamentação da legislação significa que existe a necessidade da elaboração ou revisão de normas legais ou infralegais para o cumprimento da meta. A realização de ações de divulgação significa a necessidade de melhor comunicação da meta junto aos atores e às instituições envolvidas de forma a melhorar a adesão, o apoio ou a informação para seu atingimento.

Fonte: SIOP. Elaboração: SEPLAN/MP.

DESTAQUES DOS PROGRAMAS TEMÁTICOS

Esta seção traz um resumo das informações relativas aos programas temáticos no exercício de 2017, fazendo um apanhado dos principais destaques das políticas públicas do Governo Federal nos dois primeiros anos do ciclo, organizadas conforme o arranjo das áreas no PPA 2016-2019. A leitura deste documento possibilita uma visão abrangente sobre todos os segmentos da ação governamental presentes no Plano Plurianual, com ênfase nos registros mais relevantes de 2017.

Social e Segurança Pública

A inclusão social tem proporcionado uma condição de vida melhor a uma parcela expressiva da população a partir do acesso a serviços, à renda e às oportunidades. A transferência de renda constitui eixo central da política social do Governo Federal em busca da promoção do desenvolvimento inclusivo.

No âmbito da assistência social, e especialmente em sua estratégia de garantia de renda, o programa Bolsa Família atendeu, em média, 13,47 milhões de famílias em 2017. Ao longo do ano, foram concedidos benefícios a 2,8 milhões de novas famílias e a “fila de espera” para ingresso no programa foi zerada durante todo o segundo semestre. Isso significa que todas as famílias inscritas no Cadastro Único com perfil para participar do Bolsa Família foram efetivamente selecionadas e ingressaram no Programa. O benefício médio pago em 2017 foi de R\$ 179,47.

Ainda com relação ao Programa Bolsa Família, em 2017 foram instituídas inovações metodológicas no cruzamento de dados, o que possibilitou maior movimentação no programa no sentido de retirar famílias que não estavam mais no perfil e incluir famílias com perfil e que estavam na “fila”. Com as novas ferramentas, torna-se possível fazer análises mensais, reduzindo o tempo médio que o Poder Público leva para identificar as famílias que têm

renda maior do que a declarada ao Cadastro Único. Esses processos contribuem ainda mais para a focalização do Bolsa Família em torno dos mais pobres, tornando o programa referência internacional de política de transferência de renda. Dados divulgados pelo IBGE em dezembro de 2017, a partir de informações da Pnad Contínua, comprovam que 90% dos beneficiários do PBF estão entre a população 40% mais pobre do país (entre 1º e 4º decil de renda).

Os serviços e programas da assistência social estão estruturados em dois níveis de atenção (proteção social básica e especial), considerando a complexidade das situações envolvidas. Na esfera da proteção social básica, a rede de CRAS (Centros de Referência de Assistência Social), formada por 8.323 unidades distribuídas por quase todos os municípios do país, sendo 90% cofinanciadas pelo Governo Federal, permite a cobertura de 76,6% da população registrada no Cadastro Único para programas Sociais (CadÚnico). Observa-se uma elevação na qualidade dessa rede, cujo percentual de unidades operando segundo padrões nacionais de funcionamento passou de 59% (2011) para 75% (2017). Em 2017, os CRAS realizaram mais de 15,8 milhões de atendimentos e acompanharam mais de 966 mil famílias por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Famílias – PAIF.

Na esfera da proteção social especial, os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) são as principais unidades de prestação de serviços de média complexidade. Ao final de 2017, o Governo Federal cofinanciava a oferta de serviços em 2.512 CREAS municipais e regionais. O cofinanciamento federal cobre aproximadamente 95% dos municípios com mais de 20 mil habitantes. Entre 2015-2017, a cobertura dos municípios de pequeno porte por serviços regionalizados evoluiu de 272 (6,9%) para 306 municípios (7,8%), segundo os registros do Cadastro de Unidades do SUAS

(CadSUAS). Em 2017, o Governo Federal também cofinanciava a oferta de serviços em 230 Centros de Referência para População em Situação de Rua (Centro Pop), presentes em 205 municípios, que, em conjunto com os CREAS podem ofertar o serviço de abordagem social, que busca identificar a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras.

A saúde é outro importante componente da rede de proteção social oferecida pelo Poder Público. Ao ser examinada em uma representação plurianual, a política de saúde busca a distribuição de ações e serviços de forma regionalizada, com foco na diversidade de realidades regionais, por meio da atuação em rede, tendo como estratégia o referenciamento entre os níveis de atenção, a partir da Atenção Básica, como também os princípios da equidade na distribuição dos recursos e na oferta dos serviços. As linhas de atuação se inter-relacionam no sentido de potencializar o acesso da população aos produtos e serviços. São elas: Atenção Básica, Atenção Especializada, Assistência Farmacêutica, Vigilância em Saúde, Vigilância Sanitária, Complexo Produtivo da Saúde, Aperfeiçoamento do Pessoal Envolvido no SUS e Gestão do Sistema.

A Atenção Básica deve ser a porta de entrada preferencial dos usuários no sistema e o centro de comunicação da Rede de Atenção à Saúde. Visando expandir o acesso, foram adotadas ações para ampliação do contingente de profissionais da área médica e a expansão da infraestrutura física da oferta em saúde, com destaque para o Programa Mais Médico (PMM), que se desenvolve com prioridade para os municípios e regiões com maior proporção de população em extrema pobreza, maior percentual de população usuária do SUS e com maior dificuldade de atração e fixação de médicos. O PMM aloca, em 2017, 18.240 médicos em 4.058 municípios e 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas, garantindo cobertura de atendimento a 63 milhões de brasileiros. Outra importante estratégia

é a ampliação do número de Equipes de Saúde da Família. Essa estratégia mostrou importante evolução até 2017, com um total de 42.119 equipes, o que representou uma cobertura populacional de 63,9%. Ao final de 2017, alcançou-se também 25.890 Equipes de Saúde Bucal implantadas como parte do Programa Saúde da Família.

A Atenção Especializada envolve técnicas e tecnologias com diferentes densidades para a realização de ações e serviços de urgência, ambulatorial especializado e hospitalar, apoiando e complementando os serviços da atenção básica de forma resolutiva e em tempo oportuno. Para ampliação do atendimento desta linha de atuação, no biênio 2016-2017, foram habilitados 1.618 leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e 1.396 de Unidades Semi-Intensivas (UCI). Além disso, a cobertura populacional pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) foi elevada de 75%, em 2014, para 79,37%, em 2017.

Com relação à assistência farmacêutica, a rede credenciada do Programa Aqui Tem Farmácia Popular possui atualmente 31.048 farmácias e drogarias em 4.341 municípios brasileiros, o que representa cobertura municipal de 77,9%. Atualmente são disponibilizados 100% dos medicamentos e insumos estratégicos adquiridos pelo Ministério da Saúde, o que significou a distribuição de 752.491.693 unidades em 2017.

Quanto à educação, o Governo Federal tem desenvolvido programas e fomentado ações conjuntas entre os entes federados. Destacam-se ações que propiciam novas organizações curriculares para o novo ensino médio, em conformidade com a Lei nº 13.415/2017. A mesma Lei instituiu a Política de Fomento à Implantação de Escolas em Tempo Integral, que busca levar um modelo de escolas em tempo integral para todos os Estados. Em 2017, a Política contou com a adesão das 27 unidades da Federação, 516 escolas participantes e

105 mil matrículas efetivadas no ensino médio em tempo integral, com repasse de R\$ 369,18 milhões. Conforme dados do Censo da Educação Básica, o número de matrículas em tempo integral passou de 6.743.612 em 2015 para 6.744.425 em 2016. Dados referentes a 2017 ainda não estão disponíveis.

Merece destaque também, em 2017, a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para os ensinos infantil e fundamental, documento de caráter normativo previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e no Plano Nacional de Educação (PNE). A nova BNCC deve orientar os currículos e as propostas pedagógicas das escolas em todas as unidades federativas, incluindo as públicas e as privadas. O documento estabelece os conhecimentos, as competências e as habilidades que devem ser desenvolvidas ao longo da vida escolar. Assim, além de promover equidade e igualdade de aprendizagem, a BNCC contribui para superar a fragmentação das políticas educacionais e fortalecer o regime de colaboração entre as três esferas de governo. O documento referente ao ensino médio foi entregue ao Conselho Nacional de Educação (CNE) em abril de 2018, já adaptado às diretrizes do novo ensino médio. A aprovação e homologação da BNCC do ensino médio está prevista para ocorrer até o final do ano de 2018.

Em relação ao Ensino Superior, destaca-se a reformulação do Fundo de Financiamento Estudantil – Fies. A legislação foi alterada para conferir mais transparência e sustentabilidade fiscal ao programa, que agora é gerido por um Comitê Gestor interministerial, que estabelece as regras e planeja a oferta de vagas. Em 2018 serão destinadas 100 mil vagas a juros reais zero, além de outras 210 mil vagas com recursos dos fundos constitucionais e de desenvolvimento. Além disso, o pagamento do financiamento será contingente à renda futura do ex-aluno, respeitando sua capacidade de pagamento.

No âmbito da cultura, o Brasil continua a desenvolver ações que estimulam, incentivam e possibilitam o acesso da população aos seus bens e serviços e ao patrimônio cultural. Como agente transformador da sua realidade social, a cultura contribui para o desenvolvimento socioeconômico do país, adquirindo importância em sua agenda política ao atuar, entre outros, no desenvolvimento econômico, na qualificação educacional, na sustentabilidade e na garantia de direitos sociais, alicerçando assim a democracia brasileira.

Destaca-se, ainda, no âmbito das obras audiovisuais, a realização de diversos editais de fomento, específicos do setor, por meio dos quais foram apoiadas 113 obras, só em 2017. Quanto à indústria cinematográfica comercial, houve recorde de lançamento anual de filmes, alcançando 158 filmes nacionais de longa metragem lançados em salas de cinema em 2017. No tocante ao número de salas de cinema por habitante, chegou-se a 64.403 habitantes/sala, dado significativo em comparação aos 70.000 do início do PPA.

Em relação aos esportes, destaca-se o Programa Segundo Tempo (PST). Em 2017 o PST beneficiou 116 mil crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social nas suas diversas vertentes (Padrão, Universitário, Paradesporto e Forças no Esporte). Para tanto, foram realizados 67 instrumentos de parcerias, correspondentes a 1.074 núcleos implementados, em 141 municípios. Especificamente na modalidade PST - Forças no Esporte (PROFESP), por meio de parcerias com organizações militares foram beneficiadas 20 mil crianças e adolescentes na faixa etária de 6 a 18 anos de idade, regularmente inscritos no sistema de ensino público. Em relação ao esporte de participação, em especial os Programas Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e Vida Saudável, que atendem adolescentes, jovens, adultos, pessoas idosas e populações

diferenciadas (povos e comunidades tradicionais), beneficiaram cerca de 264.000 pessoas em 2017, em 701 núcleos implementados por meio de 109 parcerias. O PELC é executado a partir da implantação de núcleos de esporte recreativo e lazer, sejam eles localizados em regiões urbanas, rurais ou comunidades – povos tradicionais e povos indígenas. Em 2017, estiveram vigentes 87 parcerias no PELC, o que propiciou estabelecer 604 núcleos, sendo, destes, 246 núcleos nas regiões Norte e Nordeste, beneficiando quase 245 mil pessoas.

Visando tornar o Brasil uma potência esportiva sustentável e mundialmente reconhecida, o Programa Bolsa Atleta busca garantir condições mínimas para que os atletas brasileiros se dediquem com exclusividade aos treinamentos e às competições, sejam nacionais ou internacionais. O Programa alcançou doze anos de existência, tendo concedido mais de 50 mil bolsas para 20,7 mil atletas em suas seis categorias. No ano de 2017, 6.996 atletas se inscreveram no programa. Destes, 5.830 preencheram todos os requisitos e foram contemplados, sendo 4.587 atletas olímpicos e 1.243 atletas paraolímpicos, distribuídos em 66 esportes diferentes.

Quanto à promoção e defesa dos direitos de pessoas com deficiência, atualmente estão em funcionamento quase 600 Conselhos Municipais de Direitos da Pessoa com Deficiência, abrangendo todos os estados brasileiros. Além disso, em novembro de 2017, entrou em vigor o Regulamento Geral de Acessibilidade em Telecomunicações, que institui algumas regras ao serviço de telefonia fixa e móvel, tais como a obrigatoriedade de disponibilização de documentos em formatos acessíveis quando demandado pelo assinante e da implementação da Central de Intermediação de Comunicação (CIC), responsável por intermediar a comunicação entre pessoas com deficiência auditiva e demais usuários do serviço de telefonia fixa e móvel. Os entes federados se comprometem a manter uma Central de Intérpretes de Libras (CIL) que proporcione atendimento

especializado às pessoas surdas e surdo-cegas, permitindo que elas acessem bens e serviços públicos que lhes seriam inalcançáveis sem a interpretação. Atualmente existem 69 Centrais pactuadas.

Destaca-se também o Curso de Introdução à Libras, em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (Enap), na modalidade EaD (Educação a Distância), que obteve 15.579 inscritos em 2017.

No contexto atual de ajustes na busca da retomada do crescimento sustentável, é essencial a ação do Governo Federal na promoção do trabalho decente e da economia solidária. Em 2017, no intuito de promover uma maior aproximação com os usuários de seus serviços, foi lançado o Portal Emprega Brasil, que substituiu o Portal Mais Emprego. A plataforma ficou ainda mais moderna e foram implementadas melhorias envolvendo o lançamento de dois aplicativos: o Sine Fácil e a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) Digital. Somente em 2017, o aplicativo do Sine Fácil foi baixado mais de 866 mil vezes, alcançando cerca de 50 mil consultas diárias com mais de 200 mil trabalhadores encaminhados para uma vaga de emprego.

As ações de fomento à geração de emprego e renda são executadas por meio do Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger) e do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO). Em 2017, o Proger realizou cerca de R\$ 190 mil contratos, com um volume, aproximado, de R\$ 4,5 bilhões aplicados, contribuindo para a geração/manutenção de mais de 79 mil empregos diretos e indiretos. Com relação ao desempenho do PNMPO, o volume de crédito concedido em 2017 foi de R\$ 8,6 bilhões, beneficiando 2,2 milhões de clientes.

No âmbito da Previdência Social, vale destacar o Programa de Revisão dos Benefícios por Incapacidade (PRBI) do INSS, que tinha 45.000 revisões como meta prevista a ser alcançada até o final de 2017, conforme estabeleceu o Plano de Ação para

o exercício. Contudo, o PRBI ultrapassou a previsão e registrou mais de 238.000 (duzentos e trinta e oito mil) perícias realizadas.

Em dezembro de 2017, o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) teve como estoque de benefícios emitidos 29,8 milhões, totalizando R\$ 37,0 bilhões. Esses benefícios contribuem para reduzir a pobreza e distribuir a renda do país. Para avaliar a qualidade dos serviços do RGPS, em 2017 foi feito um levantamento do desempenho de 80 unidades do INSS, dentre as 527 Agências da Previdência Social (APS) que passaram a atender no modelo Projeto INSS Digital. As selecionadas já apresentaram melhora nos indicadores Tempo Médio de Espera pelo Agendamento Ativo (TMAA) e Tempo Médio de Espera do Atendimento (TMEA). O TMAA é o tempo médio de espera do estoque de agendamentos e o TMEA é o tempo entre o agendamento e o atendimento na unidade do INSS. Em 2017, o tempo médio total para decisão de requerimento inicial de benefícios foi de 84 dias.

Na área da justiça e segurança, em 2017 foram implementadas diversas ações para a melhoria da segurança viária nas rodovias federais e para combater a criminalidade. A Polícia Rodoviária Federal (PRF) registrou 193,8 acidentes graves e 65,4 mortos para cada milhão de veículos da frota nacional, observando redução de 14,8% e 5,5%, respectivamente, em relação aos números registrados em 2016. Em relação ao enfrentamento à criminalidade, comparados ao ano de 2016, houve aumento nas apreensões de: maconha em 74,14%; cocaína em 39,44%; crack em 17,02%; armas de fogo em 32,72%; munições em 147,01%; pessoas detidas em 20,75%; veículos recuperados em 85,47%; e 5,96% de prisões por alcoolemia. No que tange à política migratória, desenvolvida pela Secretaria Nacional de Justiça (SNJ), destaca-se, no ano de 2017, a atualização da legislação brasileira sobre o tema, por intermédio da Lei nº 13.445/2017, que instituiu a nova Lei de Migração. Dentre os avanços

constantes na nova lei, destaca-se o reconhecimento inédito da condição de apátrida.

Na questão dos direitos humanos, diversas ações foram desenvolvidas em 2017 destacando-se: campanha “Deixe Seu Preconceito de Lado: Respeite as Diferenças” para promover o esclarecimento da população em relação à naturalidade das múltiplas orientações sexuais e identidades de gênero, e com isso reduzir as diversas formas de preconceito e violência contra a população LGBT; a realização de 350 adesões ao Pacto Nacional Universitário pela Promoção do Respeito à Diversidade, da Cultura de Paz e dos Direitos Humanos; a adesão de 23 estados ao Pacto Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo; o lançamento do Pacto Nacional para Prevenção e Combate à Tortura; e a realização da 11ª Mostra Cinema e Direitos Humanos, com 830 sessões de exibição entre maio e junho de 2017, com público espectador de 45 mil pessoas, nas 27 capitais.

No que tange à temática das crianças e adolescentes, ao longo 2017 foram obtidos avanços significativos, como a constituição de um grupo de trabalho específico voltado para o redesenho do Sistema de Garantia de Direitos (SGD); a criação da Lei Nº 13.431, de 04 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência; a entrega de 264 conjuntos de equipagem de Conselhos Tutelares; a conclusão dos Parâmetros de Escuta de Crianças e Adolescentes em Situação de Violência; entre outros. Vale ressaltar, também, que o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte protegeu, entre janeiro e outubro de 2017, 435 crianças e adolescentes e 652 familiares, totalizando 1.087 pessoas protegidas.

No que tange à promoção dos direitos da juventude, destaca-se a ampla divulgação, em 2017, do Programa Identidade Jovem (ID Jovem), programa que possibilita a jovens na faixa etária de 15 a 29 anos e renda social de até 2 salários mínimos ter acesso aos

benefícios de meia-entrada em eventos artístico-culturais e esportivos e também a vagas gratuitas ou com desconto no sistema de transporte coletivo interestadual. Estão sendo planejadas ações de comunicação para difusão das informações aos beneficiários, por meio da Caravana ID jovem, tendo alcançado o quantitativo de 414.639 carteiras ID Jovem geradas em 25 Estados e no Distrito Federal.

A propósito da promoção da igualdade racial e superação do racismo, destaca-se como principais resultados, em 2017, a realização das conferências livres, municipais e estaduais, como fases preparatórias à IV Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Conapir) a ser realizada em 2018; a implementação da Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014, que garante reserva de 20% das vagas dos concursos públicos da Administração Pública Federal; o lançamento da cartilha e manual para gestores sobre a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, com realização de duas oficinas (Brasília e Salvador) com médicos para tratar da saúde da população negra e da campanha sobre o racismo no Sistema único de Saúde (SUS); a realização de reuniões preparatórias para a construção do I Plano Nacional para Povo Cigano, com a participação de lideranças nacionais dos povos ciganos; e a promoção da cessão de duas áreas para comunidades ciganas no Distrito Federal, inaugurando um procedimento de regularização fundiária para comunidades que buscam sedentarização.

Quanto às políticas para as mulheres, destaca-se a celebração de convênios com estados e municípios e parcerias com universidades federais para capacitar mulheres urbanas, rurais, do campo, da floresta e das águas para o fortalecimento de sua participação no mundo do trabalho, que resultou em 10.290 mulheres capacitadas. Em relação à violência contra a mulher, em 2017, registrou-se ampliação da rede de serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência. Mais uma Casa da Mulher Brasileira entrou em

funcionamento, em São Luís (MA), e as Casas de Fortaleza e Boa Vista estão com as obras finalizadas, aguardando a compra dos equipamentos e com previsão de serem inauguradas no primeiro semestre de 2018. Ao todo, a rede de serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência alcançou, no ano de 2017, 1.076 serviços em funcionamento.

Já na questão dos povos indígenas, foram apoiados mais de 150 projetos na área de etnodesenvolvimento, sendo a maior parte (40%) relacionados à agricultura, seguidos por extrativismo e pecuária, beneficiando 16.400 famílias indígenas. Nas ações para garantir aos povos indígenas a posse plena sobre suas terras, a proteção dos povos isolados e a demarcação, regularização fundiária e proteção territorial, destaca-se a delimitação de 18 terras indígenas no biênio 2016-2017. Além disso, foram aprovados Relatórios Circunstanciados de Identificação e Delimitação (RCID) de cinco terras indígenas, totalizando 70.044 hectares nos estados de Pernambuco, de São Paulo e do Rio de Janeiro. Em relação às ações para constituição de reserva e homologação de terras indígenas, houve a edição de portarias declaratórias de duas terras, com aproximadamente 1.213.000 hectares, nos estados do Amazonas e Ceará.

As políticas públicas de Reforma Agrária, Regularização Fundiária e Crédito Fundiário, voltadas a atender as famílias sem-terra, bem como o grande contingente de minifundiários com terra insuficiente para o sustento das famílias, se configuram essenciais ao combate à pobreza rural e à promoção do desenvolvimento agrário, além de contribuir fortemente para a paz no campo. Em 2017 foi editado decreto desapropriatório para uma área de 1.453,8150 hectares, com capacidade de assentar 55 famílias de trabalhadores rurais sem-terra, o que corresponde ao montante de R\$10,4 milhões em custos de desapropriação. Na modalidade de compra e venda, nos moldes do Decreto nº 433/1992, foram adquiridos três imóveis,

totalizando 1.648,2878 hectares e 122 famílias atendidas. Já na modalidade de Adjudicação foram pagas benfeitorias, sendo que o imóvel custará R\$ 21 milhões e terá capacidade de atender 74 famílias em 914 hectares.

Além disso, no exercício de 2017 foram atendidos 2.936 projetos de assentamento com ações do Programa Assentamentos Verdes, no âmbito da Amazônia Legal, com o prosseguimento das ações de monitoramento ambiental espacial e/ou presencial para todos os projetos. Houve, também, a regularização de 111.566 de famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) por meio da emissão de Contratos de Concessão de Uso (CCU), Contratos de Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) e de Títulos de Domínio (TD). Esse resultado é maior do que os alcançados nos últimos quatro anos somados, sem prejuízo de outras ações de desenvolvimento de assentamentos.

Se o país obteve êxito ao sair do Mapa da Fome elaborado pela FAO e reduziu a desnutrição infantil aguda, também passou a enfrentar novos desafios na agenda de segurança alimentar e nutricional como a qualidade da alimentação e o avanço do sobrepeso e da obesidade. Em 2017, foi possível dar seguimento aos principais programas e ações inter-setoriais e participativos que contribuíram para os importantes avanços dos últimos anos voltados para o enfrentamento da fome e da pobreza extrema. Neste contexto, está o programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que consiste na compra de alimentos da agricultura familiar para doação a entidades assistenciais, no abastecimento da rede de equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e na recomposição dos estoques e comercialização. Com o objetivo de priorizar o atendimento às agricultoras familiares no Programa de Aquisição de Alimentos, o Grupo Gestor do Programa definiu mais uma estratégia, qual seja a pontuação adicional de projetos apresentados por organizações formadas por mulheres. Em 2017, a participação das mulheres

do total de fornecedores no PAA atingiu 47,59%, superando a meta estabelecida para alcance em 2019. Além disso, a taxa de adesão dos municípios ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) evoluiu 209,8% (de 1,6% para 4,95%) entre jan/2015 e dez/2017.

No âmbito do Programa Cisternas, que também está inserido no contexto da segurança alimentar e nutricional, foram entregues, em 2017, mais de 47 mil tecnologias sociais de acesso à água para consumo humano em todo o país (destaque para as cisternas entregues para comunidades indígenas das etnias Maxakali e Xakriabá em Minas Gerais), chegando a 96.813 no período 2016-2017. Considerado o histórico de execução do programa desde seu início, em 2003, já foram entregues 900 mil tecnologias de água para consumo humano. Em 2017, também foram entregues 1.637 cisternas para as escolas públicas rurais da região do semi-árido, chegando-se a 3.141 cisternas implantadas nas escolas desde o início do PPA.

Quanto ao fortalecimento e a dinamização da agricultura familiar, destaca-se o rendimento médio mensal domiciliar per capita da agricultura familiar, calculado a partir da PNAD, que teve o índice de R\$ 582,26, em 2015, e alcançou o valor de R\$ 688,68 em 2016. Entre as principais conquistas para o Plano Safra 2017/2018 destaca-se a manutenção do total de recurso disponibilizado, no montante de R\$ 30 bilhões; das taxas de juros da safra anterior (0,5%, 2,5% e 5,5%); e dos limites de financiamento por mutuário por safra. Outras conquistas foram a ampliação do limite de financiamento para R\$ 5 mil no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf B); a ampliação dos limites do Pronaf Cota-Parte para R\$ 40 mil no individual e R\$ 40 milhões para as Cooperativas. Também, o Pronaf ampliou sua participação na exigibilidade do crédito rural de 10% para 20%. Ainda, o Plano Safra tornou-se trienal (2017/2020) e estende-se até o primeiro semestre de 2020.

Infraestrutura

A área de energia é crucial para o desenvolvimento nacional, tendo tido papel de destaque entre os resultados alcançados. Em 2017, foram incorporados mais 7.394 MW à capacidade instalada de geração de energia elétrica ao Sistema Interligado Nacional (SIN). Em destaque, a conclusão da Usina Hidrelétrica (UHE) Santo Antônio, o início da operação comercial da Usina Termelétrica (UTE) Mauá 3, da UHE São Manoel e a continuidade de motorização da UHE Belo Monte com o início de operação de mais quatro unidades geradoras do Sítio Belo Monte e duas unidades do Sítio Pimental. A expansão foi reforçada também pela entrada em operação de 86 parques eólicos e 32 usinas fotovoltaicas, que juntas totalizaram 3.092 MW.

Ainda com relação ao setor de energia elétrica, merece destaque a licitação das concessões das usinas hidrelétricas de São Simão, Jaguará, Miranda e Volta Grande, a qual resultou na arrecadação, a título de bônus de outorga, de R\$ 12,1 bilhões.

No segmento de transmissão de energia vale mencionar a realização pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL de dois leilões em 2017. No primeiro leilão, ocorrido em abril de 2017, foram negociados 31 lotes associados a mais de 7.000 km de linhas de transmissão, com investimentos previstos da ordem de R\$ 12,7 bilhões. No segundo leilão, realizado em dezembro de 2017, foram negociados 11 lotes, correspondentes a cerca de 10.400 km de linhas de transmissão e com investimentos potenciais de, aproximadamente, R\$ 8,7 bilhões.

O destaque para a produção de petróleo, em 2017, foi o expressivo crescimento da produção no horizonte geológico conhecido como “pré-sal”, que saiu de 767,3 mil barris/dia em 2015 para 1.651,9 mil barris/dia no fim de 2017, representando mais de 50% da produção total do país. Este crescimento expressivo da produção do pré-sal refletiu também

em outros indicadores, como a “despesa com importação de petróleo”, que atingiu US\$ 2,966 bilhões em 2017, frente a US\$ 15,874 bilhões no fim de 2014. Outro destaque do setor foi a produção própria de gás natural sem liquefeito que atingiu 80 milhões m³/dia. Com isso, a produção total de gás no país aponta para uma superação da meta de 2,63 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boed), alcançando, até outubro de 2017, o volume de 2,66 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boed) – 2% a mais que o alcançado em 2016, indicando a possibilidade de um novo recorde. Neste mister, convém ressaltar a realização, em outubro de 2017, da 2ª e a 3ª rodadas de licitação em regime de partilha de produção do pré-sal, as quais resultaram em arrecadação da ordem de R\$ 6,15 bilhões em bônus de assinatura.

No setor de combustíveis, destaca-se o aumento da participação de biocombustíveis na matriz de consumo de energia nos transportes, passando de 20% em 2016, para 25% em 2017. No ano, a produção nacional de biodiesel atendeu à demanda nacional de 4,2 bilhões de litros, já a demanda de etanol foi de 25,2 bilhões de litros, sendo que a produção foi de 27,7 bilhões de litros, tendo o excedente sido exportado. Ainda em 2017, o Ministério de Minas e Energia, em esforço conjunto com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e com o Ministério de Meio Ambiente, lançou a Proposta de Criação da Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), que visa garantir a expansão da produção de biocombustíveis no País baseada na previsibilidade, na sustentabilidade ambiental, econômica e financeira, compatível com o crescimento do mercado e em harmonia com os compromissos brasileiros assumidos no Acordo de Paris – COP21. Vale destacar que foi sancionada, em 26 de dezembro de 2017, a Lei nº 13.576, a qual instituiu a Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio).

Com relação à área de geologia, mineração e transformação mineral, destacam-se os avanços obser-

vados nas atividades de levantamentos geológicos de áreas territoriais brasileiras emersas. Ao longo de 2017, deu-se continuidade ao trabalho de cartografia regional com a publicação de mapas de integração regional, produzidos na escala de 1:250.000, com alguns produtos específicos em escalas de semi-detalhe, tais como Mapas Geológicos-Geofísicos na Escala de 1:100.000 e Mapas geológicos na Escala de 1:100.000. Além disso, na área de Governança Pública e Sustentabilidade do Setor Mineral, em 2017, foi aprovada a lei que modifica a cobrança da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM, inclusive com a distribuição àqueles municípios afetados pela atividade de mineração e àqueles que tenham sido afetados indiretamente pela produção (Lei 13.540, de 18 de dezembro de 2017). Outro avanço de Governança foi a aprovação da Lei 13.575, de 26 de dezembro de 2017, a qual cria a Agência Nacional de Mineração (ANM), fortalecendo o papel regulador do Estado no setor.

Ainda no campo da exploração de recursos naturais, houve ampliação de 3.377.629 vasilhames de botijões do GLP de 13 quilos (P-13), totalizando, no biênio 2016/2017, 6.336.388 vasilhames, quantidade superior à meta (4,7 milhões) para os quatro anos de vigência do PPA. No ano, foram entregues três navios: os petroleiros Suezmax Milton Santos, com 156.629 tpb, e Abdias Nascimento, com 157.055 tpb, e o Gaseiro Gilberto Freyre, com 2.573 tpb. A construção desses navios foi apoiada pelo programa de Modernização e Expansão da Frota da Transpetro (Promef), assim como um navio granadeiro.

Com relação ao transporte aquaviário, destacam-se os seguintes avanços: a quantidade de contêineres movimentados por hora nos portos organizados e terminais de uso privado (TUP) aumentou para 50 unidades/hora em 2017, um crescimento de 22,10% em relação ao índice de referência de 40,95 unidades/hora registrado em 2014; o tempo

médio de espera para atracação por grupo de mercadoria diminuiu para 71,8 horas, uma redução de 44,81% do tempo de espera em comparação com o resultado de 130,1 horas no ano de 2016. Cabe também ressaltar os esforços para viabilizar novas contratações de embarcações. No acumulado dos anos de 2016 e 2017, foram entregues um total de 201 embarcações, entre elas oito de apoio à navegação, 39 de apoio offshore, 148 de navegação interior e dois estaleiros. Tais embarcações são importantes, por exemplo, para o escoamento da produção de grãos pelo arco norte, proporcionando redução dos custos de transporte dos produtores, do fluxo de caminhões, do número de acidentes e dos custos de manutenção nas rodovias. Houve também melhoria das condições de navegabilidade nas hidrovias e notável ampliação da capacidade e da cobertura da rede de transporte hidroviário por meio da adequação da infraestrutura portuária pública de pequeno porte (IP4).

Em relação ao setor portuário, em 2017 (jan/out), segundo dados da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), foram movimentadas cerca de 1,08 bilhão de toneladas das mais diversas mercadorias, apresentando aumento de 8,3% em relação ao mesmo período do exercício anterior. O sistema portuário responde por mais de 90% das exportações e, dessa forma, cumpre importante papel no que diz respeito à eficiência da logística de transportes do País, impactando diretamente a competitividade dos produtos nacionais no exterior.

Com o objetivo de aumentar a capacidade portuária e a eficiência do sistema de transporte nacional, o Governo Federal mantém uma ampla carteira de empreendimentos. Nesse sentido, vale registrar que, em 2017, foram concluídas importantes obras, quais sejam: Porto de Itaqui/MA - Construção do Berço 108; Porto do Rio Grande/RS - Modernização do Cais Público do Porto Novo; Porto de Vitória/ES - Obra de

dragagem de aprofundamento dos acessos aquaviários; Porto do Rio de Janeiro/RJ - Dragagem de Aprofundamento do canal de acesso, bacia de evolução e área de atracação do cais para navios de passageiros.

Ainda em relação ao setor portuário, vale destacar a renovação antecipada de 7 concessões (Tecon Salvador, Fospar Paranaguá, Tesc – Santa Catarina, Tequimar – Itaquí, Convicon – Vila do Conde/PA, Terminal de Granéis Sólidos e Carga Geral - Niterói/RJ e Terminal de cargas a apoio offshore - Niterói/RJ), além da licitação de 3 arrendamentos (Terminal de Trigo do Rio de Janeiro, Terminal STM 04 e Terminal STM 05).

Por último, a melhoria da produtividade, de nível de serviço e da otimização dos fluxos logísticos do sistema portuário caracteriza-se especialmente pelo desenvolvimento e implantação de sistemas de Inteligência Logística Portuária, com destaque à implantação do Porto Sem Papel (PSP), que é um sistema de informação voltado à gestão portuária, o qual concentra as informações de diversos intervenientes de maneira eficiente, coordenada e transparente, reduzindo os custos e a burocracia para os usuários dos serviços portuários. O projeto será integrado (receberá informações) a outros sistemas de inteligência, como o *Vessel Traffic Management Information System* (VTMIS, Sistema de Gerenciamento e Informação do Tráfego de Embarcações) e o Portolog, que estão em fase de implantação.

No que concerne à aviação civil, em 2017, o Brasil continuou ampliando a capacidade da rede de aeroportos no transporte de passageiros e no processamento de cargas, com investimentos em obras de construção, reforma, ampliação e modernização. A capacidade anual de processamento de passageiros passou de 386.616.000 de passageiros em 2016 para 398.110.000 em 2017, o que representa 103,41% da meta de 385.000.000 de passageiros estabelecida para o período do PPA. Também foi observada

expansão da capacidade de processamento de cargas da rede de aeroportos a qual passou de 2,21 milhões de toneladas (2016) para 2,24 milhões (2017) o que representa 93,33% da meta para o período do plano. Vale ressaltar a continuidade das concessões de aeroportos que contribuem para a expansão da infraestrutura aeroportuária disponível no País, permitindo atender à demanda crescente dos passageiros, gerando maior disponibilidade de infraestrutura e melhoria na qualidade do serviço. Em 2017, quatro aeroportos foram concedidos (Salvador, Porto Alegre, Fortaleza e Florianópolis), nos quais deverão ser investidos R\$ 6,6 bilhões ao longo do período de concessão. No tocante à capilaridade dos serviços, em 2017, chegou-se a 763 rotas servidas por transporte aéreo regular de passageiros e cargas (2,8% de aumento em relação a 2016, quando havia 742 rotas) e a 111 aeroportos atendidos por transporte aéreo regular de passageiros e cargas. Os aeroportos atendidos estão assim distribuídos: 19 aeroportos na Região Sul, 25 na Região Sudeste, 27 na Região Norte, 25 na Região Nordeste e 15 na Região Centro-Oeste.

Na área de transporte terrestre, merece destaque as reduções significativas na quantidade de acidentes e de vítimas fatais nas rodovias federais em 2017. A quantidade de acidentes rodoviários em estradas federais, por exemplo, reduziu de 181.272 registros (2014) para 89.318 (2017). As ações integradas realizadas pelo Governo Federal, seja de sinalização, manutenção e pavimentação, controle de peso e de velocidade, inclusive com as intervenções diretas na área de engenharia, contribuíram para essa redução. No modal ferroviário, destaca-se o aumento verificado no transporte de carga, o qual passou de 298.616 TKU (2013) para 375.239 TKU (2017). Esse cenário deverá se tornar ainda mais alvissareiro em função da construção e da concessão da malha ferroviária federal para os próximos anos de vigência do atual PPA, apresentando impacto positivo em relação ao aumento de carga transportada no modal.

A mobilidade urbana é fundamental para o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e para garantir o bem-estar de seus habitantes. Neste contexto, em 2017, foram executados empreendimentos que totalizaram 46,54 km de sistemas sobre pneus, em 10 municípios apoiados no período de 2016-2017: Rio Branco/AC, Belém/PA, Natal/RN, Caxias do Sul/RS, Joinville/SC, Piracicaba/SP, São Paulo/SP, Praia Grande/SP, Santos/SP e Rio de Janeiro/RJ. Além dos sistemas sobre pneus, o governo federal tem apoiado a implantação e/ou requalificação de sistemas sobre trilhos. Em São Paulo ocorreu o prolongamento da Linha 5 - Lilás, onde foram acrescidos 3,6 km no período, sendo 3 km em 2017, contribuindo para a expansão desse importante sistema de transporte de alta capacidade da referida região metropolitana. No Rio de Janeiro, com relação ao VLT (Veículo Leve sobre Trilhos), foram construídos 10,8 km no período, sendo 3,6 km em 2017, dinamizando a região portuária da cidade com reflexos positivos sobre o deslocamento de pessoas e, indiretamente, ao turismo na região. Em Salvador, destaca-se a implantação do sistema metroviário, que beneficiará a população tanto de Salvador como também de Lauro de Freitas (região metropolitana de Salvador). Nesse Estado, foram implementados 29 km no período entre 2016 e 2017, sendo 14,1 km em 2017. Além desses resultados, foram executados 909,67 km de infraestrutura de mobilidade urbana em 2017, obtendo, principalmente, a contribuição do PAC Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas para essa execução física.

No tocante ao trânsito, destacam-se iniciativas relacionadas ao aprimoramento das condições de segurança e educação de trânsito e no fortalecimento do Sistema Nacional de Trânsito (SNT), por meio da municipalização, fiscalizações, criação de novas soluções nos sistemas informatizados, promoção de campanhas e eventos, entre outras atividades. Desta forma, no ano de 2017, foram integrados 43 municípios ao SNT. Deve-se ressaltar que

os principais municípios de grande e médio portes já estavam integrados ao Sistema, de forma que o número atual de municípios integrados é de 1.567.

Uma questão essencial na área de infraestrutura para o Brasil é o saneamento. O destaque, em 2017, foi a conclusão de 96 empreendimentos de abastecimento de água, que totalizaram R\$ 664,31 milhões e beneficiam cerca de 587 mil famílias. Também foram concluídos 85 empreendimentos de esgotamento sanitário, cuja soma totaliza R\$ 1,06 bilhão e beneficiam 582,5 mil famílias. Outros avanços significativos foram o percentual de domicílios rurais servidos por rede coletora de esgotos ou fossa séptica que evoluiu de 29,7% para 40,8% entre dez/2013 e jul/2016 e o percentual de tratamento de esgoto coletado, que evoluiu de 68,5% para 74,87% entre dez/2013 e dez/2016.

Em 2017, deu-se continuidade aos esforços destinados à gestão de riscos e de desastres, visando proteger a população de eventos hidrometeorológicos e climáticos extremos. Foram concluídos 20 empreendimentos de drenagem urbana em municípios críticos, com valor total de R\$ 594,87 milhões. Somados aos 19 concluídos em 2016 resultam, no biênio, no total de 39 empreendimentos já concluídos. Além desses, 155 empreendimentos de drenagem estão em andamento, somando R\$ 9 bilhões em investimentos que deverão ser concluídos nos próximos anos. No eixo Monitoramento e Alerta, o Cemaden avançou ao identificar 98% das condições deflagradoras dos desastres que tiveram o reconhecimento da situação de emergência e o estado de calamidade pública reconhecidos pelo Ministério da Integração Nacional. Em 2017, foram concluídos 151 mapas de suporte à prevenção de desastres naturais: 107 municípios foram atendidos com Mapas de Setorização de Riscos Geológicos, 40 municípios atendidos com Cartas de Suscetibilidade, e, ainda, quatro municípios favorecidos com Cartas Geotécnicas de Aptidão à Urbanização Frente aos Desastres Naturais.

Na temática do planejamento urbano, o Governo Federal atuou, em 2017, sobretudo por meio da contratação de projetos e obras de reabilitação urbana. Nesse período, apoiou estados e municípios para a promoção da urbanização acessível, com a aprovação de 421 propostas, o que totalizou, aproximadamente, R\$ 187 milhões. Destacase também a promoção e o apoio a programas de desenvolvimento institucional e de capacitação técnica realizadas pelo Programa Nacional de Capacitação das Cidades (PNCC). Em 2017, foram realizadas diversas atividades presenciais e de ensino a distância, por meio da plataforma virtual Portal Capacidades (www.capacidades.gov.br). Terminado o ano, cerca de 46 mil pessoas participaram das atividades do PNCC, tendo sido emitidos cerca de 23 mil certificados. Além disso, no exercício de 2017, foi sancionada a Lei Federal nº 13.465/2017, que constitui o novo marco legal da regularização fundiária no País, estabelecendo inovações e aperfeiçoamentos de procedimentos técnicos e administrativos relacionados aos processos de regularização fundiária urbana, ampliando o alcance das medidas de regularização, facilitando e desburocratizando os processos, tornando-os acessíveis aos municípios.

Relativamente à questão habitacional, o Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV assume papel de destaque no financiamento de unidades para diversas faixas de renda. No âmbito do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), a execução foi de 24.030 unidades habitacionais contratadas, com atendimento prioritário aos empreendimentos vinculados a intervenções inseridas no PAC e que demandaram reassentamentos ou remanejamentos de unidades habitacionais. O PMCMV Rural contratou 42 unidades habitacionais. Assim sendo, foram contratadas 24.072 unidades nas modalidades que integram a chamada Faixa 1 do programa. Para as outras faixas de renda (Faixas 2 e 3), foram contratadas 471.863 unidades habitacionais. Logo, em 2017, foram contratadas 495.935 moradias

por meio do PMCMV. Considerando as 375.057 moradias contratadas em 2016, contratou-se, portanto, nos dois primeiros anos do PPA 2016-2019 870.992 unidades habitacionais.

No que diz respeito aos destaques em comunicações, em 2017, o programa Governo Eletrônico - Serviço de Atendimento ao Cidadão (Gesac) disponibilizou conexão para 649.579 alunos em 2.456 escolas localizadas em áreas remotas. Junte-se a isso programas como Juventude Rural, Computadores para Inclusão (CRC) e Redes de Cidadania, que levaram capacitação a mais 6.673 participantes no mesmo exercício. O programa Cidades Digitais disponibilizou ainda 217 pontos de acesso público nos 90 municípios instalados, beneficiando um número estimado de 413.036 cidadãos. Há que se considerar ainda cerca de 4.000 Telecentros que beneficiam cerca de 400.000 usuários. No total, a execução da Meta alcançou 1.466.769 pessoas, superando a meta de alcançar 1 milhão de participantes por meio de Programas de Inclusão Digital. Em 2017, o indicador da parcela da população coberta com rede de transporte (*backhaul*) óptica chegou a 88,1% da população. São 3.452 municípios com cobertura desse tipo de rede, ou seja, 62% do total de municípios brasileiros. Merece destaque, também, o lançamento pelo Governo Brasileiro, em maio de 2017, do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC, orçado em cerca de R\$ 2,7 bilhões, o qual dispõe de cobertura integral do território nacional e alta capacidade de dados em banda ka para aplicações civis e banda X específica para aplicações militares.

Desenvolvimento Produtivo e Ambiental

O governo federal está fortemente comprometido com a agenda de consolidação fiscal e com as reformas estruturais que garantam um caminho sustentável para o desenvolvimento do Brasil. A nova agenda de políticas públicas tem como base

a disciplina fiscal, a melhoria do ambiente de negócios, o aumento da produtividade e da competitividade dos setores produtivos, o aperfeiçoamento do marco regulatório, a promoção do investimento privado e o aumento da poupança interna.

Os resultados mostrados pelos indicadores macroeconômicos refletiram a retomada do crescimento econômico em 2017. A inflação registrada pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) caiu abruptamente, registrando um valor de 2,95% ao ano. O índice ficou ligeiramente abaixo da meta estipulada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), que é de 4,5% a.a., com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual, para mais ou para menos. Isso afetou positivamente a redução da taxa de juros que alcançou o patamar mais baixo da série histórica. O ótimo resultado do IPCA alinhado ao crescimento do PIB confirma a reação positiva da economia brasileira em 2017. Pelo lado da receita, verificou-se a melhora do ambiente econômico no país, que contribuiu para que, em relação ao ano de 2016, a arrecadação apresentasse crescimento. O Resultado Primário do Setor Público também apresentou melhoras com relação ao ano de 2016. Esse contexto favoreceu a continuidade do processo de flexibilização da política monetária, iniciado pelo Conselho de Política Monetária (Copom) em 2016. Em 2017, o Copom reduziu a taxa básica de juros (Selic) em 6,75 p.p., para 7,0% a.a.

O ano de 2017 apresentou também ações de recuperação e fortalecimento da estrutura industrial e produtiva no Brasil. No âmbito do extensionismo industrial, destaca-se o Programa Brasil Mais Produtivo (B+P), que em 2017 superou sua meta prevista de três mil atendimentos de indústrias, especialmente pequenas e médias, em todo o país, com o objetivo de aumentar a produtividade em pelo menos 20%. Os resultados alcançados pelas empresas participantes foram, em média: 52,3% de aumento de produtividade; 59,43% de redução de movimentação e 62% de aumento de qualidade. No

contexto do setor automobilístico, destaca-se o bom resultado na meta de ampliar o percentual anual de investimento em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Engenharia de 1,00% para 1,39% da receita operacional bruta, com resultados de até 4%.

O InovAtiva Brasil, plataforma de capacitação para aceleração de negócios inovadores, já conta com mais de 33.200 empreendedores e 600 mentores voluntários (executivos, investidores-anjo, empreendedores de sucesso), e recebeu mais de 8.400 projetos de *startups*, desde o seu lançamento, em 2013. São mais de 1.460 startups selecionadas de todas as regiões do País; e 648 chegando à etapa final de conexão (233 apenas em 2017), onde tiveram a oportunidade de apresentar seus negócios a investidores e executivos no Demoday InovAtiva. Acrescente-se também 27 startups apoiadas pelo StartOut Brasil, programa de inserção das startups brasileiras no mercado global. Considerando o número de startups conectadas a investidores e grandes empresas pelo Programa InovAtiva Brasil em 2016 (229) e em 2017 (233), e pelo Programa StartOut em 2017 (27), chega-se ao resultado acumulado de 489, ou seja, 81,5% da meta de conectar 600 negócios nascentes inovadores (startups) a investidores e grandes empresas no período de 2016 a 2019. No primeiro semestre de 2017, o InovAtiva Brasil foi selecionado como benchmarking mundial em inovação na política pública pelo Observatório da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Na área de comércio exterior, o governo trabalha em prol da abertura comercial e da desburocratização, fortalecimento e eficiência das instituições, incluindo a melhoria do ambiente de negócios. Em 2017, atuou-se ativamente na conclusão e implementação de acordos comerciais, no aperfeiçoamento do Portal Único de Comércio Exterior e na revitalização do Distrito Industrial da Zona Franca de Manaus, com investimentos congregados de todas as esferas públicas – federal, estadual e municipal.

As políticas públicas de turismo, em 2017, buscaram criar condições para o aproveitamento do imenso potencial do País por meio de diversas ações de impulso ao setor. Foram apoiados 909 novos projetos de infraestrutura turística, que totalizam repasses de mais de R\$ 583.511.005,08. Além disso, foram concluídas 1.099 obras que, somadas às 1.215 concluídas em 2016, totalizam 2.314 no biênio 2016-2017, superando a meta estipulada para o período do PPA de concluir 2.300 obras de infraestrutura turística. No biênio 2016-2017, foram qualificados 24.038 profissionais, superando assim a meta estabelecida de qualificar 24.000 profissionais do setor. Ressalte-se que só em 2017 foram qualificados 17.938 profissionais.

De acordo com o relatório de competitividade, elaborado pelo Fórum Econômico Mundial, o Brasil é considerado o país com maior potencial em recursos naturais do mundo em um ranking de 136 nações. Nesse cenário, o Ministério do Turismo (MTur) e o Ministério do Meio Ambiente (MMA), em parceria com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), iniciaram os esforços para implementar uma política de gestão das áreas de uso público nos Parques Nacionais – com o setor privado e o terceiro setor – para contribuir com o desenvolvimento socioeconômico das comunidades locais, além de promover o uso responsável e sustentável do patrimônio natural brasileiro por meio do turismo.

Dentre os principais avanços do agronegócio brasileiro, estão a desburocratização, a abertura e ampliação de mercados, o fortalecimento da política de sanidade agropecuária e os avanços na modernização do seguro rural. No que tange à ampliação da disponibilidade e ao acesso aos recursos para financiamento da atividade agropecuária, houve, em 2017, um crescimento de 3,7% na aplicação do crédito rural em relação ao ano anterior. Na safra 2017/2018, foram disponibilizados R\$ 188,3 bilhões para o financiamento da

agricultura empresarial, valor 3,4% superior à safra anterior. Do total, R\$ 150,25 bilhões foram destinados às operações de custeio e comercialização, sendo R\$ 116,25 bilhões a taxas de juros controladas (subsidiadas) e R\$ 34 bilhões a taxas de juros livremente negociadas entre a instituição financeira e o produtor rural. Já o montante destinado ao investimento foi de R\$ 38,15 bilhões, um incremento de 12% em relação à safra anterior.

Para minimizar os riscos e seus efeitos na atividade agropecuária, faz-se necessária a consolidação de políticas específicas que atendam aos anseios dos produtores rurais, tais como as orientações do zoneamento agrícola e a concessão da subvenção econômica ao prêmio do seguro rural. Em 2017, foram empregados R\$ 371,4 milhões no pagamento da Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), beneficiando cerca de 45 mil produtores e atingido uma cobertura securitária de 4,9 milhões de hectares, ou aproximadamente 6% da área plantada com lavouras, com destaque para soja, milho, trigo, maçã e uva.

A aquicultura é a atividade de produção animal que mais cresce mundialmente e deve responder por 62% do consumo mundial de pescado até 2030. No Brasil, em 2017, foram firmadas parcerias com alguns municípios brasileiros em relação à aquicultura em tanques escavados, visando ao fomento da produção de pescado, desde a aquisição de patrulha mecanizada até a aquisição de ração para peixes, que possibilitarão o atendimento de 460 famílias. A aquicultura em águas da União é a modalidade da atividade aquícola que mais cresce no Brasil. Desde 2007 até o momento, foram entregues 3.855 áreas. Em 2017, foram licitadas duas áreas aquícolas no Estado do Mato Grosso do Sul, no reservatório de Ilha Solteira, que somam uma capacidade de produção de 112.000 toneladas de peixes por ano, devendo gerar cerca de 3.300 empregos diretos. Para a promoção do consumo interno de pescado, foi realizada a IV Semana do Peixe, que ocorreu no

período de 1º a 15 de setembro de 2017 em todos os estados brasileiros. Já no sentido de promover o pescado brasileiro no mercado internacional, representantes governamentais e do setor empresarial participaram de feiras internacionais como: Pavilhão Brasil Seafood Expo Global 2017, em Bruxelas, Bélgica; Feira internacional - Pavilhão Brasil Seafood Expo North America 2017, em Boston, EUA.

A ciência, a tecnologia e a inovação (CT&I) são fundamentais para o desenvolvimento, o crescimento econômico e a geração de empregos. Em um esforço constante, o governo federal vem buscando soluções para a manutenção dos investimentos em CT&I, principalmente de programas importantes relacionados à formação de recursos humanos, ao fomento a redes de pesquisa como os Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT), à melhoria e ampliação da infraestrutura de pesquisa e desenvolvimento e ao fortalecimento do ambiente para o desenvolvimento da inovação, entre muitos outros.

Destaque para o avanço do Projeto Sirius, que trata da construção e instalação de infraestrutura de 4ª geração de anel de aceleradores de feixes de elétrons, tecnologia das mais modernas no mundo. Até 31 de dezembro de 2017, a obra civil encontrava-se em estágio avançado, com 75% de execução física. Também cabe destaque nesse ano a intensificação da produção de componentes e dispositivos para o SIRIUS – como sistema de alinhamento e posicionamento, câmaras de vácuo, ímãs, sistema de controle e diagnóstico, fontes e sistema de rádio frequência do anel de armazenamento, bem como front-ends, cabanas, espelhos e componentes das estações experimentais das linhas de luz a serem inauguradas em 2018.

Vale salientar a realização da 13ª Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP), que tem como objetivo estimular o estudo da Matemática e revelar talentos na área. Foram inscritos na OBMEP 2017 18.240.497 alunos, matriculados em

53.231 escolas do Brasil, distribuídas nos 5.545 municípios. Isso significa que a OBMEP 2017 alcançou 99,57% dos municípios brasileiros.

Em 2017, deu-se continuidade ao apoio a startups, à formação e à capacitação de recursos humanos para atuar em atividades de P&D em tecnologias digitais avançadas e na atração de jovens para a carreira de TI, a exemplo da plataforma Brasil Mais TI, com incorporação de mais 42.140 novos estudantes em 2017. Foram selecionados 50 projetos de empresas nascentes de tecnologias Digitais, por meio de edital do CNPq, no âmbito do Programa StartUp Brasil, com um montante de investimento previsto de R\$ 10 milhões, totalizando até o momento 90 empresas beneficiadas no âmbito do PPA 2016-2019.

Uma das preocupações do governo federal na elaboração do Plano Plurianual 2016-2019 foi garantir que o desenvolvimento socioeconômico do país caminhe de mãos dadas com a preservação e o uso sustentável do meio ambiente. Nesse sentido, no âmbito do Projeto Opções de Mitigação de Emissões de Gases de Efeito Estufa em Setores-Chave do Brasil, finalizado em 2017, treinamentos foram realizados e estudos técnicos e articulações entre atores governamentais foram continuados com o objetivo de reforçar a capacidade técnica do Governo para a implementação de suas ações de mitigação de emissões de gases de efeito estufa nos principais setores econômicos (indústria, energia, transportes, residencial e serviços, gestão de resíduos, uso da terra e florestas).

Foram realizados avanços no desenvolvimento de tecnologias para o monitoramento por sensoramento remoto do desmatamento, uso da terra e ocorrência de queimadas e incêndios florestais por meio da ampliação do escopo do monitoramento de desmatamento para o bioma Cerrado, da implementação de um sistema integrado e multi-escala de monitoramento da Amazônia e do desenvolvimento de metodologia e de sistema operacional de

mapeamento de área queimada com qualificação da severidade do incêndio florestal em adição ao monitoramento de focos de calor. O monitoramento dos demais biomas (Caatinga, Mata Atlântica, Pantanal e Campos Sulinos) será iniciado em 2018, com recursos do Fundo Amazônia (BNDES), aprovado em dezembro de 2017.

Quanto ao fim do desmatamento ilegal no país, considerando a média de referência da Política Nacional de Mudança do Clima (19.625 km² para o período 1996-2005), verifica-se que a taxa anual de desmatamento caiu nos anos de 2016 e 2017, segundo dados do PRODES/INPE. Segundo o sistema de detecção de desmatamento do INPE, o desmatamento na Amazônia foi de 7.893 km² em 2016 e de 6.624 km² em 2017 (valor estimado). Essas informações indicam que a taxa anual de desmatamento na Amazônia foi reduzida em cerca de 59% e 66%, respectivamente, em relação ao período de referência (1996-2005), contribuindo para a redução das emissões em 564.481.764 tCO₂e em 2016 e 626.312.610 tCO₂e em 2017, em relação ao período de referência considerado.

No que diz respeito à regularização dos imóveis rurais por meio dos instrumentos do Código Florestal, já foram declarados no sistema de Cadastro Ambiental Rural (CAR) mais de 4,7 milhões de imóveis rurais desde a criação do sistema em 2014, que correspondem a mais de 430 milhões de hectares. Em 2017, foram cadastrados mais de 32 milhões de hectares, bem como disponibilizados aos órgãos estaduais competentes, por meio do SICAR, os módulos de cadastro, análise, monitoramento, gestão de acesso e relatórios e, para o público em geral, os de consulta e relatórios públicos.

Para fortalecer o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e consolidar as Unidades de Conservação Federais, no ano de 2017, promoveu-se a consolidação do SNUC por meio de

programas e projetos, destacando-se o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) e o Projeto Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas (GEF-Mar). O ARPA apoia a consolidação e a manutenção de planos de manejo, ações de proteção e capacitação em 117 UCs federais e estaduais na Amazônia, perfazendo um total de 60,8 milhões de hectares (ha) em área. O GEF-Mar apoia a consolidação de 17 UCs federais e estaduais, que somam uma área de 1,7 milhão ha, tendo como uma de suas metas expandir o sistema de áreas marinhas e costeiras protegidas para, no mínimo, 5% ou 17,5 milhões de hectares do território marinho brasileiro.

No que diz respeito a recursos hídricos, destacam-se os avanços observados para a meta de concluir a implantação dos Eixos Norte e Leste do Projeto de Integração do rio São Francisco (PISF). O projeto alcançou, em 2017, execução física da ordem de 96,4%, destacando-se a conclusão das obras do Eixo Leste (canais, reservatórios, estações de bombeamento, dentre outras). A conclusão definitiva do Eixo Leste, incluindo a operação comercial, deverá ocorrer em 2018. O empreendimento já iniciou a oferta de água bruta para a região metropolitana de Campina Grande (PB), beneficiando cerca de 700 mil pessoas. Com relação ao Eixo Norte, a previsão de conclusão é 2018, com início da pré-operação comercial em 2019.

No que tange aos principais resultados de fortalecimento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh), por meio do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas – Progestão, reporta-se que 17 unidades da Federação obtiveram avanços nas respectivas metas referentes à capacitação setorial, cadastro de usuários, outorga, monitoramento hidrometeorológico, e de qualidade da água, o que representa 85% da meta prevista até 2019. De 2013 a 2017, 25 unidades receberam cerca de R\$ 73,8 milhões no âmbito do Progestão.

Para a redução dos níveis de poluição hídrica pela remoção de carga poluidora de Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO) lançada nos rios, por meio do pagamento pelo esgoto tratado, no âmbito do programa Despoluição de Bacias Hidrográficas (Prodes), estima-se que foram removidas, em 2016 e 2017, cerca de 40.000 toneladas de DBO pelas 15 Estações de Tratamento de Esgotos (ETEs) participantes do Programa, o que representa 55% da meta proposta para o PPA 2016-2019.

Por último, cabe ressaltar que, para a retomada do crescimento econômico, e a consequente redução do desemprego, é imprescindível atuar para elevar a produtividade e a competitividade da economia, bem como reduzir a burocracia e melhorar o ambiente de negócios. Contudo, cabe evidenciar a importância da integração da questão ambiental no processo de desenvolvimento do país, a ser incorporada por instrumentos econômicos e mecanismos de conscientização que induzam produtores, empresas e consumidores a considerar os benefícios e os danos ambientais relacionados às suas decisões de produção e consumo.

Temas Especiais

Em 2017, o governo federal continuou promovendo diversas ações de melhoria na gestão pública. Destaca-se a modernização da plataforma tecnológica das transferências voluntárias, no âmbito do Sistema de Transferências Discricionárias da União (Siconv), com destaque para: i) implantação do novo módulo de cadastramento on-line dos estados, municípios e as organizações da sociedade civil; ii) implantação do banco de projetos, para cadastramento de propostas; iii) agilidade no pagamento de despesas, por meio do aperfeiçoamento da Funcionalidade de Ordem Bancária de Transferências Voluntárias (OBTV); iv) reestruturação da funcionalidade que permite a verificação de regularidade de estados e municípios; v) lançamento

do Painel de Transferências Abertas, promovendo a transparência da aplicação dos recursos públicos; e vi) desenvolvimento de funcionalidade para incorporação de documentos de obras no Siconv, com vistas a dar maior transparência do processo.

Com foco na eficiência do gasto, melhoria dos serviços prestados aos usuários, maior controle e transparência no serviço de transporte, foi desenvolvido o TáxiGov, modelo que substitui os carros alugados e próprios por táxis, pagando-se apenas pela efetiva utilização. A Central de Compras conseguiu o menor preço global em R\$ 12,7 milhões, em Ata de Registro de Preços, representando um desconto de 14,77% sobre o preço tabelado do serviço de táxi no Distrito Federal. Atualmente com 20 unidades em operação e com perspectiva de implantação dos demais órgãos até os meados de 2018, o TáxiGov alcançou números representativos, acompanhados por meio de um Painel de Gestão, disponibilizado aos órgãos beneficiários e que reforça a fiscalização e o monitoramento do modelo.

Em uma estratégia de racionalização dos imóveis sem interesse para a administração pública, o Governo Federal adotou um novo mecanismo para alienação, assumindo a responsabilidade de promover as vendas, sem a necessidade das interveniências de outros agentes. A alienação sem intervenientes resultou em um incremento de 164,71% em relação ao modelo anterior, que contava com a participação de agentes externos. No total, atingiu-se, em 2017, a marca de R\$ 47,16 milhões com a negociação de imóveis da União.

Vale destacar a atuação do Governo Federal no estímulo aos órgãos públicos em adotarem práticas de sustentabilidade em suas atividades, por meio da adesão à Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), no sentido de preservar o meio ambiente e reduzir gastos. Em 2017, foram firmados 34 Termos de Adesão (TAs), tendo sido acumulado o

total de 60 adesões entre os anos de 2016 e 2017, o que corresponde a uma ampliação de 21% no número de adesões à A3P.

No que diz respeito ao acesso à informação, o lançamento do Portal PPA Cidadão 2016-2019 (<https://ppacidadeo.planejamento.gov.br/sitioPPA/>) possibilitou a disseminação de informações sobre o Plano, além de permitir o acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no âmbito da Parceria para Governo Aberto (*Open Government Partnership* - OGP), compromisso internacional firmado por 70 países e que visa fortalecer práticas relacionadas à transparência dos atos governamentais e promover a participação social.

No que se refere à política externa, o Governo continuou a dar expressão concreta à vocação universalista da política externa brasileira. Ao longo de 2017, a diplomacia brasileira empenhou-se no fortalecimento das instituições multilaterais e dedicou-se a fazer avançar os mais diversos temas da agenda internacional: paz e segurança, desarmamento, direitos humanos, meio ambiente e mudança do clima, entre outros.

Em 2017, além de sua participação em missões de manutenção da paz das Nações Unidas, o país foi peça-chave em negociações sobre desarmamento e sobre a reforma do Conselho de Segurança da ONU. O Brasil continuou a ser ator-chave em matéria de meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Ao longo de 2017, foram muitos os progressos diplomáticos em prol do desenvolvimento sustentável e do meio ambiente. Em particular, o Acordo de Paris sobre Mudança do Clima foi promulgado, em junho, tornando-se lei interna no país.

Como parte do esforço de modernização da inserção internacional do país, em maio de 2017, o Brasil solicitou acesso à Organização para Cooperação e

Desenvolvimento Econômico (OCDE). O ingresso na Organização trará diversos benefícios para a economia brasileira.

O governo brasileiro incrementou, em 2017, suas atividades de proteção aos brasileiros no exterior. Foram executadas ações voltadas para o aprimoramento dos serviços consulares prestados a brasileiros e estrangeiros, no Brasil e no exterior. Ao longo do ano, os 195 postos da Rede Consular Brasileira no exterior cuidaram de cerca de 30 mil casos de assistência consular, a um público estimado de 11 milhões de brasileiros – 3,3 milhões deles residentes no exterior e 8 milhões de viajantes. Em Brasília, o Núcleo de Assistência a Brasileiros no Exterior do Itamaraty atendeu aproximadamente 3,5 mil casos em 2017.

Na área da defesa nacional, o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron) tem como propósito fortalecer a presença e a capacidade de ação do Estado na faixa de fronteira. Em 2017, a prioridade foi avançar na implantação do Projeto Piloto do Sisfron no Mato Grosso do Sul, tendo sido concluídas as obras de construção de dois Pelotões Especiais de Fronteira. Em relação ao monitoramento e controle do espaço aéreo, houve elevação da cobertura de vigilância aérea na altitude de 3.300 metros no território nacional de 53,48% em 2016, para 68,2% em 2017.

O Projeto KC-X, que visa a capacitação tecnológica da indústria aeroespacial brasileira para desenvolver e produzir aeronaves de reabastecimento de voo, encontra-se na última fase de detalhamento e certificação. Em 2017 foram realizadas campanhas de ensaios em voo. No que diz respeito à Defesa Cibernética, cabe destacar, até 2017, a implantação de Sistema de Defesa Cibernética para a Defesa Nacional e a ativação do Comando de Defesa Cibernética (CDCiber) e do Núcleo da Escola Nacional de Defesa Cibernética.

O PPA 2016-2019 inclui um programa especial relacionado aos oceanos, zona costeira e Antártica, cuja dimensão geográfica não se limita ao mar territorial, à zona contígua, à zona econômica exclusiva e à plataforma continental brasileiras, mas abrange os espaços marítimos de interesse do país em águas internacionais e na Antártica. Em tal contexto, no ano de 2017, foi lançada a Chamada Pública Baías do Brasil pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), através do qual foram contratados nove projetos de pesquisa, totalizando assim 31 projetos apoiados por esse órgão. No ano de 2017, os trabalhos científicos publicados em revistas e periódicos indexados no âmbito do Programa Antártico Brasileiro alcançaram 68 publicações. Também houve a titulação de 14 mestres e 19 doutores em 2017 no programa. Assim, nos dois primeiros anos do PPA foram obtidas 133 publicações, superando a meta de 100 publicações. Também o número de doutores titulados no período 2016-2017 (29) se aproxima muito da meta estabelecida para o período do PPA, de 30 doutores.

A política nacional de atividades nucleares tem como objetivos assegurar o uso pacífico e seguro da energia nuclear, desenvolver ciência e tecnologia nuclear e correlatas para medicina, indústria, agricultura, meio ambiente e geração de energia além de atender ao mercado de equipamentos, componentes e insumos para indústria nuclear e de alta tecnologia. O país possui domínio tecnológico de todas as etapas do ciclo do combustível nuclear, em escala laboratorial ou em usina de demonstração.

Em escala industrial, ainda não há capacidade instalada nas etapas de enriquecimento (parcialmente atendida) e conversão do U_3O_8 em UF_6 (totalmente importada) suficiente para atendimento da demanda de Angra I, II e III. Para o período do PPA 2016-2019, a continuidade da implantação da Usina de Enriquecimento de Urânio pela INB, em Resende (RJ), é estratégica para o país, sendo a etapa mais relevante para a evolução da taxa de nacionalização do ciclo do combustível nuclear, que terminou 2017 em torno de 70%, mesmo valor de 2016.

A política espacial brasileira avançou em 2017. Destaca-se a evolução do índice Grau de Autonomia Nacional em Imagens de Satélites de Observação da Terra (GAOT), que mostra a razão entre o número de imagens do satélite CBERS-4 entregues aos usuários, e o total de imagens entregues, incluindo as de satélites estrangeiros, a partir do catálogo de imagens do INPE. O GAOT atingiu, em 2017, 46,47%. Um valor muito expressivo se comparado ao seu valor apurado em 2016, que havia alcançado apenas 21,67%. Um sucesso que revela maior autonomia brasileira na distribuição de imagens de sensoriamento remoto. Este sucesso não se restringe apenas ao aumento do número de imagens, mas em suas respectivas qualidades. O sistema de processamento foi ajustado em seus parâmetros de forma contínua, fazendo com que as imagens tenham melhor qualidade radiométrica e geométrica, o que aumenta o interesse pelo seu uso. Também merecem destaque as diversas ações de difusão do conhecimento científico tecnológico espacial e de capacitação de profissionais do setor.

